

## Reflexão da violência obstétrica na saúde pública no Brasil

*Reflection on obstetric violence in public health in Brazil*

*Reflexión sobre la violencia obstétrica en salud pública en Brasil*

**Raquel Petrovich Bagatim<sup>1</sup>**

ORCID: 0009-0003-4969-8286

**Carlos Henrique Petrovich Bagatim<sup>2</sup>**

ORCID: 0009-0006-0692-3190

**Alexa Serra Lima<sup>3</sup>**

ORCID: 0000-0002-2091-1245

**Marcio Pedroso Motta<sup>4</sup>**

ORCID: 0009-0003-5138-2571

**Camilla Estevão de França<sup>5</sup>**

ORCID: 0000-0003-3226-8709

**André Luiz de Arruda<sup>6</sup>**

ORCID: 0000-0002-6811-0957

**Marilda Viana de Oliveira Santos<sup>7</sup>**

ORCID: 0000-0002-0952-4877

**Wagner Rafael da Silva<sup>7</sup>**

ORCID: 0000-0002-0952-4877

**Rosângela Sakman<sup>4</sup>**

ORCID: 0000-0003-1748-9490

**Aline Voltarelli<sup>8</sup>**

ORCID: 0000-0002-3491-616X

<sup>1</sup>Núcleo Independente de Estudos do Serviço Público. São Paulo, Brasil.

<sup>2</sup>Centro Universitário Internacional. São Paulo, Brasil.

<sup>3</sup>Centro Educacional Salute. São Paulo, Brasil.

<sup>4</sup>Faculdade Sequencial. São Paulo, Brasil.

<sup>5</sup>Universidade Estácio de Sá. São Paulo, Brasil.

<sup>6</sup>Centro Universitário UniFECAF. São Paulo, Brasil.

<sup>7</sup>Universidade Brasil. São Paulo, Brasil.

<sup>8</sup>Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales. Buenos Aires, Argentina.

### Como citar este artigo:

Bagatim RP, Bagatim CHP, Lima AS, Motta MP, França CE, Arruda AL, Santos MVO, Silva WR, Sakman R, Voltarelli A. Reflexão da violência obstétrica na saúde pública no Brasil. *Glob Acad Nurs.* 2025;6(Sup.1):e462. <https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200462>

**\*Autor correspondente:**

[alivolter@yahoo.com.br](mailto:alivolter@yahoo.com.br)

**Submissão:** 17-02-2025

**Aprovação:** 02-04-2025

**Introdução:** O Brasil possui políticas públicas para melhorar a qualidade da assistência à mulher no pré-natal e no parto, como o Programa Nacional de Humanização do Parto e Nascimento (2000), a Lei do Acompanhante (2005), a Rede Cegonha (2011) e a Diretriz Nacional de Atenção à Gestante (2015/2016), os movimentos sociais, como a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa), têm tornado o termo "parto humanizado" acessível ao público, contribuindo para a disseminação de informações<sup>1-3</sup>. As formas comuns de violência obstétrica incluem a manobra de Kristeller, ausência de consentimento para realização de procedimentos, episiotomia, recusa na administração de analgesia, falta de privacidade durante o parto, uso de ocitocina sintética para acelerar o parto, restrição à escolha e permanência de um acompanhante, restrição da posição da gestante, impedir a deambulação, restrição da ingesta hídrica e alimentar, realização de exames de toque excessivos, cesarianas desnecessárias e sem consentimento, uso de fórceps, rompimento artificial da bolsa amniótica, impedir o contato imediato entre mãe e filho, clampeamento precoce do cordão umbilical e impedir o aleitamento materno<sup>2,4</sup>.

**Objetivo:** Refletir sobre a equipe multiprofissional frente à violência obstétrica, identificando práticas, desafios e estratégias de intervenção sobre a violência obstétrica no Brasil no contexto da saúde pública e exige uma abordagem reflexiva e crítica por parte da comunidade acadêmica e equipes de saúde.

**Metodologia:** A pesquisa tem um caráter descritivo e crítico-reflexivo por meio de uma revisão integrativa nas bases de dados LILACS, *Google Scholar*, SciELO e MedLine. Dos 131 estudos encontrados, 100 foram pré-selecionados e realizada a leitura do título e resumo, em seguida, foram selecionados 42, totalizando 23 estudos selecionados para compor esta revisão.

**Resultados e Discussão:** O estudo demonstrou que foram abordados diversos aspectos relacionados à violência obstétrica na saúde pública durante o parto normal. Foram discutidos os conceitos e tipos de violência obstétrica, as fases do parto normal, a legislação vigente e as estratégias de prevenção e enfrentamento. A prevalência e os impactos da violência obstétrica no contexto da saúde pública foram analisados, bem como estudos de casos emblemáticos. A síntese dos principais pontos abordados destaca a urgência de medidas para a conscientização e capacitação dos profissionais de saúde, bem como a implementação de canais de denúncia e acolhimento para as vítimas, visando à proteção da dignidade e dos direitos das mulheres no parto.

**Conclusão:** Conclui-se que para o enfrentamento efetivo da violência obstétrica, é necessário um esforço coordenado que envolva mudanças culturais, reformas institucionais e uma aplicação rigorosa de políticas públicas com integração das perspectivas dos diversos estudos analisados. Observou-se que a violência obstétrica não é um problema isolado, mas sim um reflexo de questões mais amplas relacionadas ao gênero, cultura e práticas institucionais, e a erradicação da violência obstétrica depende da combinação de medidas preventivas, educação continuada, suporte às vítimas e reformas estruturais abrangentes.



## Referências

1. Ferreira A, Martins AP, Silva TN. Protocolos de identificação e denúncia de violência obstétrica: uma revisão integrativa. *J Enferm Contemp.* 2022;11(1):45-54.
2. Gonçalves LF, Martins RP. Impactos da violência obstétrica na saúde mental das mulheres: uma análise das evidências recentes. *J Bras Psicol Saúde.* 2021;15(3):250-261. DOI: 10.5935/1678-3016.20210037
3. Matos MS, Silva AM. Violência obstétrica: uma revisão crítica das políticas públicas e práticas clínicas. *Rev Bras Saúde Pública.* 2023;57(1):123-135. DOI: 10.1590/S0034-89102023000100015
4. Coelho CF, Rosa AS, Borges IG, Altoé ECB, Santos CC, Barbosa LCM, Melanias ALO, Pinto RAP, Lima MCC, Justino GCM. Impactos da violência obstétrica às mulheres brasileiras: uma revisão integrativa. *Glob Acad Nurs.* 2022;3(Spe.2):e282. <https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200282>

